

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Segurança Alimentar e Nutricional

Período de Análise: fevereiro de 2011.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico Biodiesel Br
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural
Agroanalysis
Carta Capital
Biodiesel Br

Índice

Preço de alimentos tem maior alta em 21 anos, diz FAO – Lisandra Paraguassu – Economia – O Estado de São Paulo – 04/02/2011	4
EUA e Brasil preparam frente contra controle de preços –Denise Chrispim Economia – O Estado de São Paulo – 04/02/2011	5
Recurso do Bolsa Família e do BPC se multiplica no PIB e na renda domiciliar – Sítio Eletrônico do MDS – 04/02/2011	6
“O Programa Bolsa Família é uma referência em gestão”, diz representante do governo canadense – Sítio eletrônico do MDS – 05/02/2011	7
Alta de alimentos e boa safra fazem preço da terra disparar – Primeiro Caderno – Capa – O Estado de São Paulo – 06/02/2011	7
Demanda mundial vai ampliar vendas de carne e grãos – Reneé Pereira – Economia – O Estado de São Paulo – 06/02/2011	8
CNA: Entrada em vigor do Decreto 7.029 pode reduzir produção de alimentos- Sítio Eletrônico da CNA - 08/02/2011	9
Rossi critica plano para controlar preço de comida – Paula Pacheco – Economia – O Estado de São Paulo – 08/02/2011	11
Rossi critica plano francês de regular estoques de alimentos - Alexandre Inacio – Valor Econômico – Agronegócios – 08/02/2011	12
Nós a desatar – Amir Khair – Economia – O Estado de São Paulo – 13/02/2011	13
Em alta, açúcar puxa movimento na rede de armazéns da Ceagesp - - Fernando Lopes – Valor Econômico – Agronegócios – 14/02/2011	16
Segurança alimentar mundial – e o Brasil?- André Meloni Nassar – Primeiro caderno – O Estado de São Paulo – 16/02/2011	17
Alta dos preços dos alimentos assusta já há algum tempo, mas poucos querem atacá-la de verdade – Valor Econômico – Internacional – 16/02/2011	19
Comida ou biocombustível – Celso Ming – Economia – O Estado de São Paulo – 17/02/2011	20
Importando a confusão e somando com a nossa – Washington Novaes – Espaço Aberto – O Estado de São Paulo – 18/02/2011	21
Graziano defende regulação de commodities – Luciano Máximo - Valor Econômico – Brasil – 18/02/2011	22
"O Brasil é um dos mais importantes produtores de alimento do mundo", diz presidente da CNA - Sítio Eletrônico da CNA - 21/02/2011	24
Caros no prato, desvalorizados no campo - Alexandre Inacio – Valor Econômico – Agronegócios – 22/02/2011	26
Alta de preços muda cesta da classe média - Adriana Mattos e Lílian Cunha – Valor Econômico – Empresas – 28/02/2011	27

Fundamentos ainda sustentam commodities - Fernando Lopes – Valor Econômico –
Agronegócios – 28/02/2011 29

Preço de alimentos tem maior alta em 21 anos, diz FAO – Lisandra Paraguassu – Economia – O Estado de São Paulo – 04/02/2011

É o sétimo mês seguido de alta; entre dezembro e janeiro houve um acréscimo de 3,4% na cotação dos produtos, diz órgão da ONU

O Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, na sigla em inglês) divulgou ontem que o índice FAO de preço dos alimentos, baseado em uma cesta de commodities, alcançou o seu maior valor desde 1990, quando foi criado. De acordo com a organização, esse é o sétimo mês seguido de alta e, entre dezembro e janeiro houve um acréscimo de 3,4% no preço dos alimentos.

Todas as commodities monitoradas pela FAO tiveram aumento em janeiro, sendo a única exceção a carne. Os produtos com maior custo foram o açúcar e os grãos. No entanto, o maior aumento foi o dos laticínios. De acordo com economistas da organização, não há sinais de reversão desses aumentos e aumenta a probabilidade de risco alimentar nos países mais pobres.

No entanto, a própria FAO reconhece que a boa safra de grãos registrada nos países em desenvolvimento tem feito com que os preços internamente tenham ficado abaixo das médias internacionais.

O aumento dos preços dos alimentos é de grande preocupação, especialmente para países de baixa renda com déficit de alimentos – que podem enfrentar problemas em financiar as importações – e famílias pobres que gastam a maior parte da renda com alimentação, disse Abdolreza Abbassian, secretário do Grupo Inter governamental para Grãos da organização.

A preocupação da FAO se alinha com as propostas do presidente francês, Nicolas Sarkozy, de encontrar uma forma de controle internacional dos preços dos alimentos. Sarkozy tem deixado claro aos outros países membros do G-20 que essa será sua principal ação durante a presidência do grupo, apesar de ainda não ter angariado nenhum apoio.

A França tem pressionado a FAO e outras organizações internacionais para obter estudos que comprovem não só a contínua elevação de preços das commodities, mas a manutenção dessa perspectiva. A intenção dos franceses é obter argumentos suficientes para referendar sua proposta.

Combustíveis.

Um dos maiores produtores mundiais de alimentos, o Brasil é contra qualquer proposta de controle de preços, seja por intervenção, seja por compra para formar estoques internacionais. Especialmente, se o controle deixar de fora os combustíveis, considerado pelo País o maior responsável pelo aumento dos alimentos, já que o petróleo é a base para a produção da maior parte dos fertilizantes e é a matéria-prima mais volátil.

O Itamaraty acredita que a proposta francesa se concentra na criação de estoques internacionais, o que também agrada a FAO. Porém, a possibilidade de usar recursos públicos para comprar estoques e controlar preços não agrada o governo brasileiro.

Apesar de defender uma ação internacional contra a fome, a proposta brasileira tem como base o fim dos subsídios agrícolas dados pelos países ricos – usada em larga escala pela França. / COM AGÊNCIAS INTERNACIONAIS

EUA e Brasil preparam frente contra controle de preços –Denise Chrispim Economia – O Estado de São Paulo – 04/02/2011

Secretário do Tesouro dos EUA vem ao Brasil debater tema que deve ser discutido no encontro do G-20, em Paris

Os Estados Unidos querem formar uma frente como Brasil contra a proposta do presidente da França, Nicolas Sarkozy, de adoção de controle sobre o aumento de preços das commodities agrícolas. Esse será um dos principais temas da reunião ministerial do G-20, grupo das maiores economias desenvolvidas e emergentes, marcada para o período de 17 e 19 em Paris. A aliança entre dois dos maiores produtores mundiais de alimentos será proposta pelo secretário do Tesouro americano, Timothy Geithner, à presidente Dilma Rousseff na segunda-feira.

Como preparação para o encontro do G-20, Geithner pretende ainda extrair um apoio mais claro do Brasil à campanha dos EUA em favor da mudança na política cambial da China. O objetivo americano tem sido deter – e reverter – a desvalorização artificial do yuan.

Nos últimos meses, o Ministério da Fazenda passou a adotar um discurso mais próximo ao americano nessa questão. Uma autoridade do Departamento do Tesouro afirmou ao **Estado** ser este “um bom momento para o Brasil e os EUA trabalharem juntos no desafio de administrar os riscos ainda presentes ao crescimento da economia mundial”. Entre eles, os provocados pelo desvio da política cambial chinesa das regras de mercado.

Carta.

No caso dos controles sobre os preços das commodities, o apoio do Brasil será disputado entre EUA e, com menor chance, pela França. Na semana passada, Sarkozy enviou uma carta a Dilma Rousseff – sua primeira correspondência com a nova presidente – sobre sua prioridade no G-20 na redução da volatilidade e da especulação dos preços dos alimentos. Sarkozy defende a adoção de medidas de transparência e de limites aos valores das transações.

A iniciativa afetaria duramente os setores produtores do Brasil e dos EUA – bem como da Argentina e do Canadá. Os planos de safra já se adequaram à perspectiva de preços mais elevados, em função do aumento da demanda mundial em um ambiente de maior crescimento econômico. Para países como os EUA e o Canadá, nos quais uma quebra de safra por razões naturais chega a atingir 50% a 70 % da colheita, essa mudança seria ainda mais nociva.

A mesma autoridade do Tesouro americano afirmou haver boa vontade dos EUA em relação à maior transparência no mercado de commodities. Mas o controle de preço não será aceito. “Queremos trabalhar com o Brasil e outros países para fortalecer o mercado de commodities, conferindo maior transparência aos preços, em vez de impor limites aos contratos comerciais”, afirmou. “Brasil e EUA podem se beneficiar com isso.”

No âmbito global, o Tesouro americano preocupa-se particularmente com a pressão inflacionária em países emergentes que apresentaram forte aquecimento da atividade no último ano, como é o caso do Brasil e da China. Esse seria outro sério risco à continuidade da atual fase de recuperação da economia mundial. A incerteza sobre o comportamento do preço do petróleo, sujeito à pressão do aumento da demanda e também aos efeitos da crise do Egito, também assombra os economistas

Recurso do Bolsa Família e do BPC se multiplica no PIB e na renda domiciliar – Sítio Eletrônico do MDS – 04/02/2011

Estudo do Ipea conclui que cada real investido pelo governo no Bolsa Família aumenta o PIB do País e se multiplica ao fazer girar a economia. O mesmo se dá com relação ao BPC. Os beneficiários dos programas sociais consomem quase toda a sua renda e adquirem produtos nacionais, avalia o levantamento, que relaciona os gastos com a política social e o crescimento da distribuição de renda.

Brasília, 4 – Para cada R\$ 1 investido pelo Governo Federal no Bolsa Família, o Produto Interno Bruto (PIB) do País aumenta em R\$ 1,44 e o recurso financeiro domiciliar eleva-se em 2,25% (ou R\$ 1,82) , após percorrido todo o circuito de multiplicação de renda na economia. É o que conclui o estudo “Gastos com a Política Social: Alavanca para o Crescimento com Distribuição de Renda”, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Além do Bolsa Família, o estudo analisa, com base nos dados do IBGE de 2006, o impacto do Benefício de Prestação Continuada (BPC), ambos coordenados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). No caso do BPC, para cada R\$ 1 investido pelo Governo Federal, o PIB do País aumenta em R\$ 1,38 e o recurso financeiro domiciliar eleva-se em 2,10% (ou R\$ 1,79). O Bolsa Família está presente em 12,7 milhões de lares e o BPC atende 3,4 milhões de idosos e pessoas com deficiência.

“Em geral, as transferências de renda elevam mais o PIB e a renda das famílias. As pessoas mais pobres tendem a consumir quase toda a sua renda e a consomem com produtos de origem nacional”, explica o estudo, assinado por Jorge Abrahão, Joana Mostafa e Pedro Herculano. Segundo eles, o Bolsa Família e o BPC também contribuem para a queda da desigualdade.

O trabalho abrangeu dois aspectos: proteção dos cidadãos e promoção de oportunidades, envolvendo as áreas de previdência, saúde, assistência social, trabalho, educação, desenvolvimento agrário e cultura. “O gasto do governo com o pagamento de benefícios e prestação de bens e serviços se converteu velozmente em consumo de alimentos, serviços e produtos industriais básicos, que dinamizaram a produção, estimularam o emprego, multiplicaram a renda e reduziram a pobreza e a miséria extrema”, conclui.

Nessa linha, Júnia Quiroga, diretora de Avaliação da Secretaria de Gestão da Informação do MDS, chama a atenção para o debate sobre o estabelecimento de um círculo virtuoso que implica no potencial de multiplicação do gasto social governamental, tanto no que diz respeito ao PIB quanto à renda das famílias. “Isso já é valioso somente considerando a perspectiva de mensuração econômica da qual o comunicado do Ipea lança mão. Mas, para além dela, há elementos importantes relacionados ao bem-estar da população que, se mensurados, potencializariam ainda mais a importância estratégica do gasto social”, ressalta.

[Acesse aqui a íntegra do estudo do Ipea.](#)

Acesse o boletim: [Bolsa Família e BPC contribuem para o crescimento do País](#)

“O Programa Bolsa Família é uma referência em gestão”, diz representante do governo canadense – Sítio eletrônico do MDS – 05/02/2011

Brasília, 4 – Delegação de servidores públicos do governo do Canadá esteve nesta sexta-feira (4) na sede do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em Brasília, para conhecer o Bolsa Família. Isabelle Mondou, diretora da Casa Civil canadense, disse que a notoriedade da administração do programa de transferência de renda condicionada transcende fronteiras. “Por onde andamos, o Bolsa Família é sempre muito bem avaliado e referência em gestão.” A comitiva esteve na semana passada nos Estados Unidos.

Os 11 representantes canadenses foram recebidos pelo secretário executivo adjunto, Marcelo Cardona, que falou sobre os quatro eixos do governo da presidenta Dilma Rousseff para os próximos anos. “Em especial, sobre a erradicação da pobreza extrema, queremos promover o acesso dos brasileiros que ainda estão às margens das políticas públicas”, enfatizou. Além do citado, os demais eixos são desenvolvimento econômico, infraestrutura e democracia e participação social.

Também presente ao encontro, Bruno Camara, assessor de gabinete da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc), destacou dados divulgados nesta semana pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) sobre o programa. Segundo o levantamento, gastos de R\$ 1 com o Bolsa Família gerariam R\$ 2,25 de renda familiar, enquanto o Benefício de Prestação Continuada (BPC), destinado a idosos e pessoas com deficiência com renda inferior a 25% do salário mínimo, promoveriam R\$ 2,20 para cada real investido. “O custo do Bolsa Família é de apenas 0,4% do Produto Interno Bruto”, informou Camara, acrescentando que o programa atende atualmente 12,7 milhões de famílias com orçamento de R\$ 13,4 bilhões para 2011.

Esta é a terceira vez em que uma delegação do governo do Canadá vem ao Brasil pelo Programa de Liderança Avançada, que prepara gestores canadenses, incorporando as melhores práticas de formação executiva. As visitas a instituições brasileiras visam colocá-los em contato com os principais líderes, empresários e gestores, inspirando soluções para a administração pública federal daquele país.

O programa, que já esteve no Rio de Janeiro e em São Paulo nos últimos dois anos, acaba de passar novamente pelo Estado fluminense e envia pela primeira vez uma delegação a Brasília. Na capital federal, a comitiva teve encontros com representantes do Banco Central, da Controladoria Geral da União, do governo do Distrito Federal, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), da Polícia Federal, da Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Alta de alimentos e boa safra fazem preço da terra disparar – Primeiro Caderno – Capa – O Estado de São Paulo – 06/02/2011

Valor médio fechou 2010 com a maior aceleração anual desde 2008 e chegou a dobrar em algumas regiões

Junto com a alta dos preços dos alimentos, que atingiram em janeiro as maiores cotações em mais de 20 anos no mundo, o valor das terras no Brasil disparou, informa a repórter Márcia De Chiara. No fim de 2010, o preço médio alcançou a maior valorização anual desde 2008, diz pesquisa Informa Economics/ FNP. No Sudeste, no Nordeste e no Norte, o preço do hectare chegou a dobrar em algumas regiões. Em áreas do Sul, houve alta de até 92,3%. As terras mais caras foram as várzeas para arroz em Rio do Sul(SC): o hectare atingiu R\$ 43 mil, alta de 23%. Os maiores compradores são os pequenos produtores, capitalizados graças aos resultados positivos das últimas safras.

ECONOMIA / PÁG. B

Demanda mundial vai ampliar vendas de carne e grãos – Reneé Pereira – Economia – O Estado de São Paulo – 06/02/2011

Fatias do Brasil crescerá 7 pontos percentuais até 2020, enquanto participação no mercado de óleo e farelo de soja deverá cair 3 pontos

A forte demanda mundial por alimentos vai turbinar a posição brasileira no mercado internacional na próxima década. A previsão é que a participação do País nas exportações mundiais de grãos e carnes cresça, pelo menos, 7 pontos percentuais até 2020. Em contrapartida, a fatia de alguns produtos de maior valor agregado, como o farelo de soja e o óleo de soja, sofrerá uma redução no período, em torno de 3 pontos percentuais.

As exportações desses produtos continuarão a crescer, mas em ritmo menor que o dos concorrentes, afirma o coordenador de planejamento estratégico do Ministério da Agricultura, José Gasques. Estudo preliminar do governo mostra que, no caso do farelo de soja, a participação do Brasil no mercado internacional vai encolher de 22% para 19,5% até 2020; e a de óleo de soja, de 21% para 18%. “Vamos perder participação nesse mercado por causa da concorrência de países como Argentina e Estados Unidos”, diz Gasques.

Na avaliação dos produtores, essa redução decorre de uma série de fatores. Um deles é que todos os países querem importar grãos para beneficiarem e agregarem valor ao produto. Assim geram mais investimentos e empregos.

Do outro lado, há a necessidade de uma política pública que incentive a exportação, como a redução de impostos, afirma o secretário-geral da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), Fábio Trigueirinho. Ele explica que a exportação do grão é isenta de ICMS. Mas, no caso do farelo e do óleo, se o produto for industrializado em Estado diferente do local de produção, há tributação no deslocamento. “Nosso desejo é vender mais farelo e óleo ao exterior. Para isso, o País tem de eliminar esse viés anti exportador.”

De acordo com dados da Abiove, entre 2000 e 2010, o volume de exportação de farelo e óleo de soja cresceu 50%, enquanto o de soja em grão teve salto três vezes maior, de 153%. Esse ritmo deve continuar nos próximos anos. Até 2020, o Ministério da Agricultura projeta que a participação da soja em grãos no mercado mundial suba de 30% para 37%.

Carnes.

O destaque, no entanto, ficará com o avanço das exportações de carne, diz Gasques. Até o fim da década, a fatia de mercado da carne de frango brasileira saltará de 42% para 48%; e a de carne bovina, de 25% para 32%. Nesse caso, o maior aumento deverá ocorrer também em frango in natura, que é mais barata que a industrializada, completa o coordenador do Ministério da Agricultura. Detalhe: o preço médio da carne in natura é de US\$ 1,673 a tonelada e a industrializada, US\$ 2,755 a tonelada.

Para Gasques, embora a expectativa de crescimento da exportação dos produtos de maior valor agregado seja menor que a de matéria-prima, o Brasil terá ganhos significativos no agronegócio. Um deles é a diversificação dos produtos vendidos. “Antes era só café, açúcar e soja. Agora temos o avanço das carnes, sucos, leite, milho e frutas.” No futuro, a lista de mercados liderados pelo Brasil pode incluir produtos como algodão, celulose, frango e etanol.

O líder global para o segmento de agronegócio da consultoria Accenture, Eduardo Barros, está convicto que o País tem plena condição para conquistar novos mercados no exterior. Ele lembra que nos últimos oito anos a participação do Brasil no mercado internacional quase dobrou para 7% de toda produção disponível. “Esse número continuará em alta, especialmente porque a previsão é que a produção nacional cresça algo em torno de 40% nos próximos dez anos, enquanto nos Estados Unidos o avanço ficará entre 10% e 15%.” Parte do aumento da produção ficará no mercado interno, cujo consumo também apresentará forte crescimento, por causa da melhora da renda da população.

Marketing e acordos.

Barros pondera, entretanto, que o governo brasileiro precisa reforçar o marketing de seus produtos no exterior, a exemplo do que fez a Colômbia com o café. Na avaliação dele, isso faz uma grande diferença e facilita o aumento das exportações de novos produtos.

A superintendente técnica da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Rosemeire Cristina dos Santos, adiciona outro ingrediente necessário à expansão da participação brasileira no mercado global: os acordos bilaterais com outros países e blocos econômicos para reduzir ou eliminar tarifas de importação. Para ela, a liderança do País no agronegócio depende muito dessas negociações, especialmente com a União Europeia. “Esse é um mercado extremamente importante para o Brasil.”

CNA: Entrada em vigor do Decreto 7.029 poderá reduzir produção de alimentos - Sítio Eletrônico da CNA - 08/02/2011

O crescimento da produção agropecuária nacional depende de um quadro de segurança jurídica no campo que envolva a atualização da legislação ambiental e garanta a legalização de 90% da atividade rural desenvolvida no País. Para a presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, o caminho para atingir esse objetivo é a aprovação da atualização do Código Florestal proposto pelo relator da matéria na Câmara, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP).

Do ponto de vista ambiental, um dos motivos de preocupação para o setor agropecuário é a possibilidade da entrada em vigor, em junho deste ano, das regras do

Decreto nº 7.029. O texto estabelece que serão o acesso ao Sistema Nacional de Créditos produtores rurais que a reserva legal ou aderirem ao Programa Mais Ambiente, criado pelo governo federal para regularização de propriedades rurais. □ □ A presidente da CNA explicou que os produtores rurais não são contra o Mais Ambiente. O problema é que não é possível aderir ao programa. "As normas e as regras não estão disponíveis. O programa só existe no papel", afirmou. O decreto foi editado em dezembro de 2009, mas o governo emadiando sua entrada em vigor, indefinição que é motivo de preocupação para os produtores rurais. □ □ O Banco do Brasil, responsável por 20% do financiamento da produção agropecuária do País, já comunicou aos produtores rurais que vai cumprir o que está previsto no decreto, posição que também deve ser seguida por outros bancos públicos. A consequência é a queda na produção agropecuária e o consequente aumento dos preços dos alimentos, cenário preocupante em um momento de alta dos índices de inflação. "Não podemos correr esse risco", afirmou a senadora. □ □ Na avaliação da presidente da CNA, o impasse poderá ser solucionado com a aprovação da proposta do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) de atualização do Código Florestal, que está sendo discutida na Câmara dos Deputados. Para a senadora Kátia Abreu, as discussões devem seguir argumentos técnico-científicos. Lamentou, durante a entrevista, as insinuações de que a atualização do Código Florestal poderia provocar novas tragédias, como as ocorridas na região serrana do Rio de Janeiro, no mês passado. Para a senadora, as avaliações de alguns grupos ambientalistas não feitas em "embasamento científico, de forma infantil".

Para rebater os argumentos de que a atividade agropecuária é responsável por níveis de desmatamento, a senadora Kátia Abreu apresentou dados que comprovam o crescimento em 72,5% das áreas de matas e florestas dentro das propriedades, no período de 1960 a 2006, de 57,9 milhões de hectares para 99,9 milhões de hectares. Em igual período, a área dos estabelecimentos agropecuários cresceu 32,1%, de 249,8 milhões de hectares para 329,9 milhões de hectares.

Milhões de hectares

	1960	1975	1985	1995	2006	Var.
Área dos estabelecimentos agropecuários	249,8	323,9	374,9	353,6	329,9	+32,1%
Áreas Matas/Florestas Dentro das propriedades	57,9	67,8	83	88,9	99,9	+72,5%
Participação (%)	23,2	20,9	22,1	25,1	30,3	-

Fonte: Séries estatísticas e históricas – IBGE, Censos Agropecuários 1960, 1970, 2006, IBGE-LSPA IBGE-PPM, Conab
 * Dado relativo a 2008



Entre 1960 e 2006, a produção de grãos cresceu 503,01%, de 16,6 milhões de toneladas para 100,1 milhões de toneladas, dados que reforçam o compromisso do produtor rural com o investimento em tecnologias que garantam o aumento da produção, sem que isso represente mais desmatamento. “Os números mostram que a produção cresce por competência e eficiência. Ninguém sai desmatando”, afirmou a senadora Kátia Abreu.

Rossi critica plano para controlar preço de comida – Paula Pacheco – Economia – O Estado de São Paulo – 08/02/2011

O ministro da Agricultura, Wagner Rossi, rebateu a proposta do governo francês de controlar o preço dos alimentos. O comentário foi feito ontem na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Segundo ele, os responsáveis pela alta dos preços dos alimentos são os países desenvolvidos, acostumados a dar altos subsídios a seus produtores. “Não foi o Brasil que introduziu a especulação financeira no mercado de commodities agrícolas, ao contrário. Produzimos com custo baixo e colocamos o produto no mercado a um valor justo. Isso cria problema às culturas altamente subsidiadas”, afirma.

Para o ministro, uma das justificativas à alta de preços dos alimentos está no aumento do consumo, inversamente proporcional à oferta. “A demanda está superaquecida pela melhoria de renda nos países emergentes.

Como o Brasil é um grande fornecedor mundial de proteínas, pode ter uma recompensa por seu esforço produtivo. Mas não estamos gerando nenhuma pressão (de preço)”, garante.

Rossi criticou o ministro da Agricultura francês, Bruno Le Maire, que na sexta-feira passada disse que irá propor na próxima reunião do G-20 (que reúne as 20 maiores economias do mundo) medidas para garantir a segurança alimentar, como a maior

transparência sobre os níveis dos estoques globais de alimentos e mecanismos para conter a especulação dos preços.

“Enquanto os preços estiveram achatados nenhum presidente francês ou outra autoridade europeia ou americana propôs uma garantia de preço aos produtores dos países em desenvolvimento. Agora que temos o protagonismo produtivo eles querem destruir nossa agricultura a pretexto de manter a deles artificialmente, com subsídios”, analisa.

Rossi critica plano francês de regular estoques de alimentos - Alexandre Inacio – Valor Econômico – Agronegócios – 08/02/2011
Ministro atribui parte da alta dos preços mundiais à especulação

De São Paulo

O ministro da Agricultura, Wagner Rossi criticou ontem a posição defendida pelo presidente da França, Nicolas Sarkozy, de intervir nos preços das commodities por meio da criação de estoques reguladores. Rossi lembrou que a pressão gerada pela valorização das commodities agrícolas é uma realidade, mas que se deve a uma série de fatores e nenhum deles é “culpa do Brasil”.

“Enquanto os preços estavam em queda, nenhum presidente ou chefe de Estado propôs uma intervenção sobre os preços. Agora querem limitar os ganhos dos produtores brasileiros”, disse o ministro, que participou ontem da primeira reunião do ano do Conselho Superior do Agronegócio, órgão da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

O ministro brasileiro atribuiu boa parte da alta dos preços à especulação provocada pelo mercado financeiro e disse que existem “mitos” a serem desfeitos.

“Os preços do arroz e do feijão, base da alimentação do brasileiro, estão abaixo do mínimo, o que está levando o governo a fazer leilões de compra”, disse. “To dos os dias tomamos medidas em relação ao preço, seja para apoiar o produtor ou para evitar especulações”, afirmou Rossi.

Na avaliação do ex-ministro Roberto Rodrigues, presidente do conselho da Fiesp, não existe uma solução para a alta nos alimentos, pois ela faz parte de um movimento cíclico da atividade produtiva.

“A tese francesa é recorrente e estrategicamente importante, desde que haja produtos para serem armazenados”, disse Rodrigues, observando que a demanda por alimentos cresceu em um ritmo superior ao aumento da oferta.

Durante sua apresentação aos membros do conselho da Fiesp, Rossi defendeu uma aproximação maior entre o setor privado e o governo federal. Ele lembrou o pedido da presidente Dilma Roussef pela modernização administrativa e de procedimentos da Pasta, e defendeu a discussão, com o setor, do que chama de campanha caluniosa contra

produtos brasileiros, como carnes e álcool, na União Europeia.
“Chegou a hora de agirmos”.

Outra medida que o ministro prometeu avaliar é a entrada em vigor do decreto 7.029, de 10 de dezembro de 2009, prevista para 12 de junho deste ano. A decisão prevê a regularização ambiental das propriedades rurais do país.

Ele não descartou a possibilidade de ser solicitada uma nova prorrogação no prazo.

O assunto ganhou destaque depois que o Banco do Brasil enviou um comunicado às agências lembrando o decreto e informando que as liberações de recursos para a nova safra, a 2011/12, só serão feitas se as propriedades estiverem adequadas. “O banco precisa cumprir a legislação vigente. Se ela for alterada em algum momento vamos aplicar a norma que estiver valendo no momento do pedido e por enquanto é a do decreto”, disse Luis Carlos Guedes Pinto, vice-presidente de agronegócio do Banco do Brasil.

Nós a desatar – Amir Khair – Economia – O Estado de São Paulo – 13/02/2011

Para ir rumo ao desenvolvimento o Brasil precisa desatar vários nós. A inflação é a principal dor de cabeça do governo, e as perspectivas para o ano não são animadoras devido aos preços dos alimentos e commodities em expansão mundial.

Cada 1% de aumento do CRB (indicador das oscilações das principais commodities) em reais eleva o IPCA em 0,12 ponto porcentual. O cálculo é do professor Affonso Pastore. Entre julho de 2010 e janeiro deste ano ocorreu alta de 19% do CRB em reais, o que deve provocar elevação de 2,28 ponto no IPCA. Esse efeito, segundo Pastore, deve se diluir ao longo de oito meses (**Estado** 10/2).

No início do ano, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) informou que seu Índice de Preço dos Alimentos bateu recorde em dezembro. Pior, no dia 3, anunciou que esse recorde fora quebrado em janeiro, quando os preços subiram mais 3% (**Estado**, 8/2). Em 2010, a inflação foi de 5,9%, sendo 40% explicados pelo aumento nos preços dos alimentos, que superaram 10%. Interessante notar seu impacto no IPCA em 2010. No primeiro quadrimestre, os preços dos alimentos subiram 5,2% e o IPCA, 2,7%. No segundo, tiveram deflação de 1,6% e o IPCA foi de 0,5%. No terceiro, atingiram 6,7% e o IPCA foi de 2,7%.

É bom recordar que o remédio usado pelo Banco Central foi aumentar a Selic a partir do início de maio, que a elevou de 8,75% para 10,75% em 2 pontos, mas isso não causou redução da demanda, pois as taxas de juros ao consumidor caíram até novembro 2 pontos. Portanto, não funcionou.

Em dezembro, houve nova estratégia do Conselho Monetário Nacional de reduzir a liquidez e encarecer o crédito para financiamentos superiores a 24 meses, para

produzir efeito imediato na atenuação da demanda. Dados do BC mostram que essa decisão causou elevação de 4,5 pontos nas taxas de juros para o consumidor em duas semanas e reduziu o ritmo de expansão do crédito. Foi definida como uma medida macro prudencial a ser testada. O BC, contudo, nem deu tempo para testá-la, já iniciando a velha receita de elevar a Selic.

Neste ano, além da pressão dos alimentos, outras despesas que ocorrem no início do ano, com o material escolar, tarifas de ônibus, IPTU, IPVA já estão pressionando a inflação. Em janeiro, o IPCA foi 0,83%, e só alimentação, bebidas e reajustes de tarifas de ônibus explicaram 67% (!) dessa elevação.

Para combater a inflação, melhor que elevar a Selic é adotar medidas macro prudenciais que desestimulem o crédito, que crescia a taxas elevadas, dando combustível à elevação do consumo. O objetivo é reduzir o ritmo de crescimento do consumo das famílias, responsável por 75% do consumo total, três vezes maior que o consumo do governo, alvo preferido de análises.

Desatar o nó do combate à inflação pelo remédio ultrapassado da Selic é o primeiro desafio do governo, se quiser obter sucesso no combate à inflação, atacando a principal perna do impulso ao consumo que é o crédito. Com isso, não agrava o ingresso dos capitais especulativos, o que tem causado parte importante da valorização do real com os reflexos indesejáveis ao comércio exterior. Isso contribui para desatar em parte outro nó, que é o câmbio fora de lugar num contexto de forte concorrência internacional e tsunamis de dólares.

É de se prever que os capitais continuarão fluindo na direção dos emergentes, atraídos por custo de mão de obra mais baixo e consumo em expansão. São várias as consequências desse processo do desenvolvimento do capitalismo. A mais imediata é o aumento da demanda por alimentos e commodities. A de mais longo prazo é a redução do elevado diferencial de custo da mão de obra entre desenvolvidos e emergentes.

O custo da mão de obra depende dos salários e dos encargos trabalhistas. A China, que vem penetrando todos os mercados, tem baixos encargos trabalhistas, pois não oferece a seus trabalhadores os benefícios da seguridade social. A concorrência internacional tende a se deslocar assim, na direção da mão de obra menos atendida em suas necessidades básicas, e não faltam nos emergentes amplas parcelas da população que estão fora do mercado de trabalho e de consumo. Portanto, esse processo de deslocamento da produção mundial tende a continuar.

O Brasil não é exceção. Sofremos uma concorrência interna e externa da China, que só tende a crescer. Temos, no entanto, a nosso favor posição privilegiada em alimentos e commodities, que faltam à China e a vários países, e esse é o nosso trunfo, que deve se manter enquanto durar o processo de forte diferenciação de custos de mão de obra.

Com o tempo os chineses vão exigir maior proteção social e os salários tenderão a aumentar com o avanço do mercado de trabalho. Até lá, o custo Brasil precisa ser reduzido, e para isso precisam ser desatados os nós que ainda nos prendem ao atraso: má distribuição de renda, alta regressividade tributária, juros estratosféricos, precária infraestrutura e logística, cipoal burocrático e imenso atraso na educação, saúde e segurança públicas.

Apesar dessas desvantagens, o País é um dos principais destinos do investimento direto de estrangeiros, atraídos pelas perspectivas de crescimento do mercado interno, que é nossa proteção contra o cenário incerto e altamente disputado do mercado internacional. Felizmente, o Brasil não depende tanto do mercado externo e tem amplo espaço para crescer seu mercado interno, caso políticas públicas se destinem a abrandar nossas deficiências. Mas essas políticas exigem pesados recursos do governo, e podem

ser vistas como inadequadas por gerarem excesso de demanda e, conseqüentemente, de inflação, que corrói os ganhos das camadas de menor renda a quem se quer beneficiar.

Para desatar esse nó, é necessário manter o crescimento em níveis superiores a 5% ao ano, racionalizar e priorizar despesas e usar novos instrumentos de controle inflacionário, rompendo com a tradição de juros básicos anormais. Hoje estamos com juros reais de 5,5% contra uma média internacional de juros negativos de 1% e negativos de 0,5% nos emergentes. O crescimento amplia a arrecadação pública: aumenta o faturamento e lucro das empresas, a massa salarial e reduz a inadimplência e a sonegação. É importante fonte do ajuste fiscal. A outra é o corte de R\$ 50 bilhões no orçamento do governo, como contribuição à redução da demanda.

Com relação às despesas, é necessário avaliar as da União, que representam metade das despesas públicas e a dos Estados e Municípios, que administram a outra metade. Para todos deve valer o rigor fiscal, mas há uma realidade que se sobrepõe ao ideal de redução/ contenção de despesas. Na União, as despesas são dimensionadas para permitir um resultado primário determinado pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), e esse nível depende da arrecadação. Para os Estados e municípios, que renegociaram suas dívidas com a União entre 1997 e 2000, devem transferir até o limite de 11,5% das suas receitas para a União (Resolução n.º 43/2001) para amortizar a renegociação. Isso constitui a parcela do esforço fiscal deles.

Não entram nesse limite as operações de crédito, que cresceram 215% nos últimos dois anos para aumentar os investimentos, o que fez reduzir o superávit primário de 0,95% do PIB, parte requerida do esforço fiscal, para 0,75% em 2009 e 0,56% em 2010.

Outro nó a desatar é o conceito de resultado fiscal, abordado em artigo recente. O resultado primário é apenas parte do resultado fiscal. A outra são os juros, que dependem do nível da dívida bruta e da Selic, que contamina no curto e médio prazos todas as taxas de juros da dívida federal. A dívida está relacionada também aos empréstimos ao BNDES e ao nível das reservas internacionais, que elevam o ônus com juros. Em 2010, o setor público apresentou superávit primário de 2,8% do PIB, mas os juros foram de 5,3%, dando um déficit fiscal de 2,5%. Mesmo assim, a dívida líquida caiu de 43,4% do PIB para 40,4% entre 2009 e 2010 e a dívida bruta, de 62% do PIB para 55%, por causa da elevação dos depósitos compulsórios dos bancos no BC.

Segundo *The Economist*, para um conjunto representativo dos principais países, o déficit nominal em 2010 foi de 5,5% do PIB, sendo 10,2% para os desenvolvidos e 3,3% para os emergentes. Caso o governo consiga manter sua política de superávit primário de 3% do PIB e recue até 2014 a Selic real (exclusive inflação) dos atuais 5,5% para 2%, as projeções apontam para o almejado déficit nominal zero em 2014.

Para reduzir a demanda, neste ano, o primeiro passo foi dado pelo governo ao cortar despesas do orçamento. Vamos aguardar o BC exercer sua autonomia em relação aos interesses do mercado financeiro e desatar o nó da Selic e do câmbio, adotando políticas monetárias e cambiais eficazes.

*

CONSULTOR, É MESTRE EM FINANÇAS PÚBLICAS PELA FGV

Em alta, açúcar puxa movimento na rede de armazéns da Ceagesp - - Fernando Lopes – Valor Econômico – Agronegócios – 14/02/2011

O aumento da produção de açúcar no Centro-Sul do país e os elevados preços da commodity nos mercados doméstico e internacional tiveram reflexos diretos no movimento da rede de armazenagem da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp) em 2010.

Balanço da estatal federal mostra que 548,7 mil toneladas de açúcar passaram por seus armazéns no ano passado, 24,8% mais que em 2009. Das 19 unidades que formam a rede de armazenagem da empresa no Estado, seis trabalham com o produto.

Luiz Concillius Gonçalves Ramos, diretor técnico e operacional da Ceagesp, confirma que a boa fase do mercado açucareiro ajudou a inflar o movimento. Como a demanda permaneceu aquecida e as cotações estavam elevadas, diz, a rede registrou mais operações de transbordo que em 2009 e menos de armazenagem em si, já que os produtores procuraram agilizar vendas e entregas.

Nas operações de armazenagem de qualquer produto agrícola na rede da Ceagesp, o período mínimo é de 15 dias e o custo mensal gira em torno de R\$ 4 por tonelada. No transbordo, o tempo médio é de uma semana e o valor cobrado é um pouco superior.

Esses preços costumam ser reajustados todos os anos a partir de uma fórmula que inclui o IGPM.

Como normalmente o transbordo é feito para embarcar o produto em ferrovias com destino ao porto de Santos, muitas vezes o limite é imposto pela capacidade do sistema logístico. Como no caso do açúcar os preços seguem elevados, a expectativa da Ceagesp é de bom movimento da commodity na rede de armazenagem em 2011.

No total, as 19 unidades que formam a rede de armazenagem da Ceagesp receberam 895,1 mil toneladas de produtos agrícolas no ano passado, 11,2% mais que em 2009. A receita líquida obtida pela estatal com esse movimento chegou a R\$ 23,8 milhões, 4,1% superior na mesma comparação.

Segundo produto que mais usa a rede, o trigo teve um volume armazenado 27,47% menor em 2010 (187,7 mil toneladas). Nesta observa, lembra Adilson da Silva, chefe de seção comercial da armazenagem da Ceagesp, foi um ano complicado, com oferta de qualidade comprometida. Para 2011, afirma, as perspectivas são melhores.

Também com preços de mercado elevados, mas apenas a partir de meados do ano, o milho registrou volume armazenado 31,5% superior no ano passado. Já o volume de soja, também valorizada, cresceu expressivos 583,6% na rede e chegou a 44,7 mil toneladas.

A Ceagesp espera crescimento nas operações de armazenagem em 2011, e para atrair novos clientes planeja investir R\$ 1,8 milhão na certificação de algumas de suas unidades — em 2010 três delas foram certificadas. “Também apostamos em parcerias

[inclusive com usinas sucroalcooleiras] para conferir maior agilidade às operações”, afirma José Lourenço Pechtoll, gerente do departamento de armazenagem da estatal.

Segurança alimentar mundial – e o Brasil?- André Meloni Nassar – Primeiro caderno – O Estado de São Paulo – 16/02/2011

Pela repercussão na imprensa, está claro que o tema da oferta de alimentos está ganhando um novo status. Os artigos recentes publicados por Marcos Jank, Lester Brown e pelo ex-ministro Roberto Rodrigues mostram que o tema pode ser abordado a partir de diferentes perspectivas. As três manifestações, no entanto, cada uma à sua maneira, indicam a mesma origem para a elevação dos preços internacionais: a demanda por alimentos e produtos agropecuários vem crescendo com vigor nos últimos anos e a oferta –também porque acontecem eventos climáticos que a compromete em partes do mundo– não tem sido suficiente para repor estoques mundiais. O mercado identifica essa situação, empurrando os preços para cima.

Por sua própria natureza de elevado risco climático e pela crescente preocupação de nações com um tema que voltou para ficar no debate internacional– a segurança alimentar –,os preços dos produtos agropecuários são muito influenciados pelas expectativas do mercado. Tanto o mercado futuro quanto os compradores em busca de recomposição de estoques passam a alimentar as altas até que boas notícias do lado da oferta apareçam. Não há muito o que fazer numa situação como a que vivemos hoje. A boa notícia é que ela é, em sua essência, passageira – lembrando que, como safras agrícolas são anuais, o transitório dura meses.

O que é destoante na elevação de preços a que assistimos hoje é que ela é generalizada, ou seja, está ocorrendo com todas as commodities agrícolas. Seria preciso uma elevação muito além do provável na produção mundial para fazer os preços voltarem aos patamares de 2008, pós estopim da crise financeira nos Estados Unidos. Se este cenário está

correto, o tema da segurança alimentar, entendido como a capacidade do mundo de ofertar alimentos em proporção equivalente ao crescimento da demanda, vai reaparecer com toda força nas relações internacionais. E, mesmo que os preços caiam no futuro próximo, a resiliência do mercado em lidar com baixos estoques estará em xeque – a menos, é claro, que a China reverta sua tendência de crescimento.

Assim, aumentar a oferta como mecanismo central para garantir segurança alimentar no mundo será a solução apregoada daqui para a frente. A segurança alimentar pode até ganhar status similar ao de mudança do clima em relação às atenções mundiais para problemas de natureza coletiva. Que caminhos existem para aumentar a oferta é assunto para um próximo artigo. Aqui, é preciso entender que o Brasil é parte interessadíssima nesta temática, seja na perspectiva do produtor rural, na da diplomacia política, na do investidor ou na do consumidor. A FAO nos diz, com base em cenários de demanda, que a produção de carnes precisa crescer 48% de hoje a 2030 e mais 21 % de 2030 a 2050. O milho, para dar conta de engordar todo o frango e suínos que as pessoas comerão a mais, terá de crescer 30%, no primeiro período, e mais 17%, no

segundo. Oleaginosas, cujo cultivo se expandirá pelas mesmas razões que o milho e também pelo crescente consumo de óleos vegetais, terão de crescer 43% e 37%, respectivamente. Açúcar, 60% e 15%, levando em conta iguais períodos. Mesmo o arroz, produto menos dinâmico, terá de crescer 19% e 4%. O número é surpreendente: de hoje a 2050 o mundo terá de produzir mais 1 bilhão de toneladas de milho e oleaginosas, sendo necessários 90 milhões de hectares a mais. Para isso 60% dessa nova área precisará entrar em produção até 2030 – a menos que o mundo descubra um jeito de fazer a produtividade crescer mais rapidamente. Mesmo tendo em conta que alguns produtos terão suas áreas reduzidas, como no caso do arroz, a demanda adicional por terra chama a atenção.

Tais cenários de demanda não me parecem fora da realidade por uma razão: o crescimento projetado de hoje a 2030 é menor do que o observado de 2000 a 2009, que é menor ainda para o período 2030 a 2050. Como sabemos, à medida que a renda cresce, as pessoas tendem a consumir alimentos de maior valor, mas, ao mesmo tempo, gastam uma porção menor de sua renda com alimentos. Esses cenários se baseiam nessa regra.

E o Brasil? Em todos os produtos citados o Brasil vem mostrando uma capacidade de aumentar a produção a taxas maiores do que as mundiais. Ou seja, o País vem ganhando participação de mercado na oferta internacional. A meu ver, é isso o que se espera do País. Um cenário plausível é considerar que o Brasil continuará ganhando participação de mercado até 2030 e que, a partir de então, manterá sua participação até 2050. Até 2030, novas potências agrícolas surgirão e nossa responsabilidade em garantir a segurança alimentar poderá ser mais bem compartilhada. A produção de carnes deverá crescer 28 milhões toneladas até 2030 (63% de aumento) e 10,5 milhões até 2050 (26,5%). Nossa produção de soja duplicará até 2030 e baterá a casa de 170 milhões de toneladas em 2050 (172%). No caso do milho, cresceremos em 44 milhões de toneladas até 2030 (85%) e mais 17 milhões até 2050 (17% sobre 2009). A produção de açúcar chegará a 70 milhões de toneladas (90% de crescimento). Nessa perspectiva, já descontando ganhos normais de produtividade, o País terá de alocar na produção de soja, milho e, em menor proporção, cana-de-açúcar, mais 16 milhões de hectares até 2030 e 5 milhões, de 2030 a 2050.

Uma reforma inteligente do Código Florestal vai garantir que essa produção adicional ocorra nas áreas de maior aptidão para agricultura no Brasil. Parte da demanda adicional por terra virá das pastagens, outra parte se expandirá no Cerrado. Pela interpretação de dados históricos, a expansão de grãos se dará 60% sobre pastagens e 40% sobre áreas novas. Se feita de forma inteligente, respeitando a legislação brasileira e práticas agrícolas mais sustentáveis, o mundo agradecerá nossa mudança no uso da terra.

*

DIRETOR GERAL DO ICONE. E-MAIL:
AMNASSAR@ICONEBRASIL.ORG.BR

Alta dos preços dos alimentos assusta já há algum tempo, mas poucos querem atacá-la de verdade – Valor Econômico – Internacional – 16/02/2011

Análise

Financial Times

Em reuniões sociais, é bom encontrar um tema de interesse comum: o clima, por exemplo, ou o mais recente tropeço de uma celebridade.

Quando os ministros das Finanças do G-20 se reunirem, na sexta-feira, em Paris, vão querer evitar muita discussão sobre guerra cambial. Em vez disso, poderão querer conversar sobre inflação. Hoje em dia, é um problema de quase todos.

Na China, os 4,9% de inflação nos preços ao consumidor em janeiro, foram um pouco menores do que esperado. Mas diversos números doeram: inflação de alimentos em 10%, alta da inflação anualizada de produtos não-alimentares de 2,1% para 2,6% num só mês, inflação de preços ao produtor em 6,6%.

Contra pressões inflacionárias desse tipo, a política de juros de 6,08% para empréstimos na China parece inadequada. Mas, ao negar a relevância da inflação, os chineses estão em ótima companhia.

O Banco de Inglaterra (banco central britânico) praticamente abandonou a luta no curto prazo.

As autoridades americanas estão ignorando largamente tanto a queda incessante da taxa de desemprego como a taxa de inflação de 4,1% nos preços de atacado.

E o Banco Central Europeu apenas murmurou, enquanto a inflação subiu de 0,9% para 2,4% nos últimos 13 meses.

As defesas apresentadas para a inflação variam: não se trata do núcleo da inflação, é transitória, culpa de outros ou políticas antiinflacionárias poderiam fazer mais mal do que bem.

Na China e em outros países em desenvolvimento, a preocupação é com que um ataque à inflação viria a retardar o crescimento e a criação do emprego sem atacar as limitações de recursos que estão puxando os preços dos alimentos.

Na maioria dos países desenvolvidos, há também um temor financeiro: inflação baixa não ajudará a eliminar a carga de endividamento em economias já excessivamente alavancadas.

Se investidores e consumidores decidirem que a inflação elevada veio para ficar, os rendimentos de títulos e as reivindicações salariais vão crescer.

As autoridades econômicas seriam então confrontadas por uma escolha entre dois riscos inaceitáveis; inflação galopante ou uma política monetária que sufocaria a economia. Assim, ainda que todos os membros do G-20 discordem sobre até que ponto a inflação é

realmente perigosa, eles estarão unidos em dizer ao mundo para que não nos preocupemos com isso.

Comida ou biocombustível – Celso Ming – Economia – O Estado de São Paulo – 17/02/2011

Na sua edição de ontem, o *New York Times* publicou matéria com este título: “Precisamos de proteína, não de biocombustíveis” (We Need Protein, Not Biofuels).

A escalada dos preços da comida está aumentando a fervura política. O Banco Mundial já avisou que a escassez de alimentos empurrou 44 milhões de pessoas para abaixo da linha de pobreza. O presidente da França, Nicolas Sarkozy, na condição de presidente rotativo do Grupo dos 20 (G-20) países mais ricos do mundo, quer intervenção para garantir a segurança alimentar.

Por enquanto, Sarkozy e os críticos ainda vêm pondo força no diagnóstico errado, o de que a disparada dos preços está sendo provocada preponderantemente pela ação dos especuladores financeiros. Mas à medida que esse argumento vai sendo rebatido – até mesmo pelo governo brasileiro – duas consequências parecem inevitáveis.

A primeira delas é a maior flexibilização para desenvolvimento e produção de culturas geneticamente modificadas (transgênicas), que ainda hoje encontram fortes resistências na Europa e também aqui no Brasil. A outra é o crescimento das pressões para proibir o desvio de grãos e de outros alimentos para a produção de biocombustíveis.

Os Estados Unidos, por exemplo, canalizam mais de 100 milhões de toneladas de milho para a produção de etanol, o suficiente para alimentar 240 milhões de pessoas, nos cálculos do professor Kenneth Cassmann, da Universidade de Nebraska, citado em outra matéria do *New York Times*. A própria União Europeia usa óleos vegetais (especialmente de canola e girassol) para a produção de biodiesel.

E o Brasil também tem lá seus fortes programas de etanol e biodiesel. No ano passado cerca de 335 milhões de toneladas de cana-de-açúcar foram usadas para a produção de etanol e mais não foram porque os próprios usineiros puxaram mais matéria-prima para suas fábricas de açúcar, cujos preços saltaram 72% no mercado internacional. Também por aqui 1,9 milhão de toneladas de óleo de soja deixaram de ser utilizadas na alimentação e foram empregadas na produção de 2,5 bilhões de litros de biodiesel.

Por enquanto, o Brasil vem defendendo a produção de biocombustíveis a partir de matéria-prima alimentar com o argumento de que há espaço para os dois segmentos. Mas à medida que crescer a escassez de alimentos, maiores serão as pressões e mais vulnerável ficará o governo brasileiro.

O crescimento da procura de proteína tanto vegetal como animal parece inexorável à medida que cresce a população dos países emergentes que ascendem à condição de consumidores. Desapareceram as montanhas de trigo e de manteiga nos países ricos que caracterizaram os anos de pós-guerra. Esta é uma extraordinária oportunidade para o Brasil. No entanto, um após o outro, os governos brasileiros

renunciaram a ter uma política agrícola. A produção vai crescendo, sim, mas na base da inércia, estimulada apenas pelo que Deus manda, enfrentando custos predatórios e uma infraestrutura precária e desestimuladora.

Importando a confusão e somando com a nossa – Washington Novaes – Espaço Aberto – O Estado de São Paulo – 18/02/2011

Difícilmente em qualquer outra época se terão juntado tantos fatores externos e internos para dificultar o diagnóstico e a adoção de caminhos eficazes para resolver em âmbito global ou de cada país a grave crise econômico- financeira-produtiva-social-ambiental do mundo de hoje. A tal ponto que dificilmente a reunião de hoje e amanhã

do G-20 chegará a consensos produtivos. Da mesma forma que, no nosso panorama interno, são enormes e evidentes as dificuldades para avançar nos ásteros caminhos da contenção da inflação sem perder o embalo do crescimento.

Não é novidade que o presidente da França, Nicolas Sarkozy, insistirá em criar uma taxaço internacional sobre operaçoes financeiras, na esperança de deter a especulaço, que gira mais de US\$ 600 trilhões (**Estado**, 28/1), num mundo onde o produto bruto anual de todas as naçoes juntas anda pelos US\$ 60 trilhões anuais. E como a crise financeira e a ameaça de “débâcles” vivem rondando todos os países, inclusive os industrializados, parte desse dinheiro especulativo invade cada vez mais o mundo real das commodities (agropecuárias, minerais), em busca de garantias reais – e é, na visào de Sarkozy, o principal fator da alta do preço dos alimentos no mundo (**Estado**, 30/1).

Para a ONU(19/1), as “respostas momentâneas descoordenadas à crise cambial e ao desemprego”, conjugadas com medidas de austeridade fiscal, “ameaçam a recuperaço econômica do mundo”, assim como dificultam avanços nas tentativas de acudir quase 1 bilhão de pessoas que passam fome e centenas de milhões à beira desse precipício.

O preço dos alimentos no mundo é hoje o mais alto de todos os tempos, diz o Earth Policy Institute, na hora em que, a cada dia, mais 219 mil pessoas se somam à populaço (80 milhões por ano) e a produço agrícola vem em boa parte de zonas áridas ou com problemas hídricos. Até 2070, diz Jacques Diouf, diretor-geral da Organizaço para a Alimentaço e a Agricultura (FAO), da ONU, será preciso aumentar a produço de alimentos no mundo em 70% (100% nos países mais pobres). Como se fará isso em meio à especulaço financeira e aos subsídios dos países mais ricos (US\$ 365 bilhões anuais só aos produtores da OCDE, segundo a *Folha de S.Paulo*, 6/2), que condicionam a oferta a outras razões (balanço comercial, mercado financeiro etc.)?

O preço da cesta de alimentos já é o mais alto desde 1990, segundo a FAO (**Estado**, 4/2). E não é novidade que no oligopolizado mercado futuro de commodities um mesmo lote de soja ou trigo chega a passar(no papel ou no computador) de mão em mão até 40 vezes, antes de se concretizarem a venda final e o consumo.

Quando se olha a questão por outro ângulo – o dos custos dos produtos agrícolas –, a perplexidade não é menor.O Brasil já é o maior importador de agrotóxicos no mundo. Consome em torno de 14 litros por hectare cultivado– além de 180 mil toneladas anuais de fertilizantes. A importaço de fertilizantes cresceu mais de 200% em uma década e chegou a 80% do total (era de 20% há 30 anos). Importamos 74% do

nitrogênio, 49% do fósforo e 92% do potássio. A importação total de defensivos anda pela casa dos R\$ 12 bilhões anuais.

Mas os alimentos “não são o vilão da inflação”, diz o ministro da Agricultura, quando se discute a alta de preços (23/12). O ex ministro Rubens Ricupero lhe dá razão em parte, ao lembrar que os preços atuais também recuperam as graves perdas da década de 80(

Folha de S.Paulo, 6/2) –embora ele não esqueça a especulação financeira com commodities e os preços oligopolizados dos insumos químicos e agrotóxicos. Mas o fato é que o índice de commodities agropecuárias (soja, carne, trigo, açúcar) do Banco Central já acusava em outubro de 2010 alta de 46%; na energia (petróleo, gás, cana), 17%; e nos metais, 5,9%. Nouriel Roubini, um dos raros economistas que previram a crise mundial de 2008, acha que a atual situação “pode levar à instabilidade econômica e política” (27/1).

Mas a especulação não é só nas commodities. As altas taxas de juros no Brasil atraem legiões de investidores, já que elas estão em zero ou pouco acima nos países mais ricos. O governo brasileiro precisa, por isso, comprar moeda estrangeira (US\$ 41,4 bilhões, quase o dobro do capital que entrou no País), aumentando as despesas com juros. Cresce a dívida pública (R\$ 1,694 trilhão). Os problemas cambiais levam a um déficit da indústria em suas relações com o exterior. O governo tem de recorrer a impostos compulsórios para bancos com posições “vendidas” no câmbio. Amiúdam-se as projeções em torno de expectativas de aumentos da taxa de inflação ou alertas (como nas atas do Copom). O ministro da Fazenda chegou a falar em expurgos nos índices de inflação nos alimentos e combustíveis –mas parece haver desistido. O fato é que o IGP-M de 2010 (11,32%) é o mais alto desde 2004, com forte participação dos preços de alimentos. Os preços do boi gordo na Bolsa subiram em 2010 mais de 36%, para chegar a R\$ 117,18 a arroba. Caem as expectativas dos economistas para o crescimento do PIB este ano.

Segundo os pecuaristas, a alta da carne foi para recuperar as perdas de 2004 a 2007 (15/2). O mercado só se estabilizará, segundo eles, em 2014. E, para atender às expectativas de exportação em 2011 e ao aumento do consumo per capita para 38 quilos anuais, será preciso aumentar ainda mais a produção. Onde expandir? No Cerrado, dizem alguns dirigentes do setor (**Estado**, 11/2). Mesmo na Amazônia não será tão problemático, dizem outros – e os dados mais recentes do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) já apontam para certa reversão de tendência ali, com o desmatamento no segundo semestre mais alto que o de igual período de 2009. O jeito é ir pondo a culpa de tudo no crescimento da China e da Índia. Com a distância, as contestações demoram.

Graziano defende regulação de commodities – Luciano Máximo - Valor Econômico – Brasil – 18/02/2011

Relações externas Brasileiro que concorre à direção-geral da FAO critica financeirização dos mercados globais

De Brasília Se conseguir chegar à direção-geral da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, na sigla em inglês), o brasileiro José Graziano da Silva vai trabalhar para ajudar as autoridades internacionais a estabelecer uma regulação no mercado global de commodities, profundamente afetado pela inflação nos últimos meses com a disparada dos preços dos alimentos. Em entrevista ao Valor, o

ex-ministro extraordinário de Combate à Fome do governo Lula, candidato do Brasil no processo sucessório da FAO em junho deste ano, afirma que a “financeirização” dessa atividade precisa ser disciplinada. Para Graziano, o encarecimento dos alimentos é hoje um problema estrutural que não se resolve no curto prazo. Segundo ele, a FAO vinha chamando a atenção para a questão e cobrando o aperto das regras desde o estouro da bolha de preços em 2007. Especulação, redução dos estoques mundiais e questões climáticas são os vilões, diz. “Em mercados desregulados, isso faz aumentar a volatilidade: quando o preço está subindo a financeirização empurra mais para cima e quando está descendo, empurra mais para baixo. Em 2007, a FAO falou que [a crise dos alimentos] ocorreria de novo se nada fosse feito, e praticamente nada foi feito em termos de novas regulações desses mercados.” Nas semanas que antecederam a reunião de ministros de Finanças do G-20, que começa hoje em Paris, o tema rendeu discussões acaloradas entre Brasil e França. O presidente francês, Nicolas Sarkozy, chegou a cogitar a criação de estoques internacionais e mecanismos para tabelar os preços das commodities. As propostas foram prontamente rechaçadas pelas autoridades brasileiras, que são contrárias à ideia de fixar preços e receiam que a formação de estoques receba subsídios. Ao pregar maior regulação no setor, Graziano garante que não vai contra a orientação do governo brasileiro. “Para se ter liberdade é preciso ter regras, dizer o que pode e não pode fazer, senão vira uma bagunça que somente beneficia uns poucos especuladores”, comenta. Ele revela que discutiu o assunto na semana passada no Ministério da Agricultura francês e na sede da FAO, em Roma. Segundo ele, Paris não fechou sua posição e analisa estudos da FAO sobre o assunto. “Limite dos derivativos, estoques virtuais e mecanismos financeiros para poder intervir em momentos de muita alta e muita baixa estão sendo discutidos”, explica. Apesar de a polêmica envolver a FAO, Graziano ressalva que decisões nesse campo cabem à Organização Mundial de Comércio (OMC). A função da FAO é prestar assistência técnica para a implementação de políticas na área agrícola e de segurança alimentar, além de municiar os 191 países membros com dados e conhecimento. A consolidação de informações produzidas pela FAO e outros órgãos internacionais é um dos pilares da campanha de Graziano, juntamente com outros quatro tópicos: erradicação da fome, expansão sustentável da produção de alimentos, fim da reforma institucional e reformulação financeira.

Valor

Econômico

http://valor.ideavalley.com.br/flip/tools/flipPrint/printMateria.php?id_... 1 de 2
15/6/2011 13:27 Uma das promessas de Graziano é mudar o perfil de financiamento da FAO, com espaço para maiores doações dos países do hemisfério Sul, que passariam a ganhar mais benefícios da cooperação multilateral da FAO. “Os países desenvolvidos são os grandes doadores da FAO, mas sabemos que nos próximos anos eles vão enfrentar sérias restrições fiscais. Grandes doadores como a Espanha cortaram ajuda nos últimos anos e isso deverá ser uma tendência”, diz Graziano. O agrônomo brasileiro, que está licenciado da direção da FAO para a América Latina e Caribe para disputar a eleição, também busca apoios com a promessa de terminar a reforma da organização, que já dura dez anos. O foco das mudanças institucionais pretendidas por Graziano é a descentralização e a desburocratização. “É preciso dar mais poder aos escritórios regionais, sub-regionais e os próprios países. Hoje se o Brasil quiser fazer uma doação, ele precisa mandar o dinheiro para Roma, e esse dinheiro volta para ser gasto no Brasil.” Outro desafio de Graziano é posicionar a FAO para contribuir com a expansão da produção de alimentos de forma sustentável. Segundo ele, até 2050 alguns setores da agricultura precisarão aumentar 70% e até 100% a capacidade produtiva. “O impacto disso sobre o ambiente já é conhecido, principalmente com a pecuária. Temos que achar um jeito de juntar tecnologias hoje disponíveis e menos

agressivas: o cultivo direto do solo, por exemplo, sem arar.” Indicado para substituir o atual diretor-geral da FAO, o senegalês Jacques Diouf, pelo expresidente Luiz Inácio Lula da Silva, Graziano conta com o engajamento da presidente Dilma Rousseff em sua campanha. Ela tem mencionado a candidatura do ex-ministro criador do programa Fome Zero em todos os seus contatos bilaterais e elevou a campanha ao nível de prioridade da diplomacia brasileira. Valor Econômico
http://valor.ideavalley.com.br/flip/tools/flipPrint/printMateria.php?id_... 2 de 2
15/6/2011 13:27

"O Brasil é um dos mais importantes produtores de alimento do mundo", diz presidente da CNA - Sítio Eletrônico da CNA - 21/02/2011

Com o objetivo de reforçar o diálogo entre agropecuaristas, foram apresentadas na Feira Coberta de Caiapônia as ações prioritárias para 2011

Durante o encerramento do CNA EM CAMPO, a presidente da CNA, senadora Kátia Abreu, apresentou os gargalos enfrentados pelo setor e os trabalhos desenvolvidos pela entidade na busca de uma solução. Entre os problemas enfrentados estão a logística; legislação trabalhista e suas várias interpretações; política e crédito agrícola; e meio ambiente. Segundo a senadora, o Brasil há muitos anos deixou de ser um grande importador de comida para se transformar em um dos mais importantes produtores de alimento do mundo.

O CNA EM CAMPO é um evento que leva os dirigentes da CNA para uma conversa, presencial, com produtores rurais dos Estados. O primeiro evento do ano aconteceu em Goiás, nos municípios de Anápolis, Goiatuba, Caiapônia, Rio Verde, Jussara, Posse e Porangatu. As cidades foram visitadas pela Presidente da CNA, e uma comitiva de dirigentes, durante os dias 17, 18 e 19 de fevereiro.

O presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Goiás - FAEG, José Mário Schreider, acompanhou e apoiou a presidente da CNA, senadora Kátia Abreu, durante todas as visitas às cidades do Estado. Kátia Abreu e José Mário Schreiner participaram do evento acompanhados do deputado estadual, Francisco Júnior, da deputada federal, Flávia Moraes, do secretário da Agricultura, Pecuária e Irrigação, Antônio Flávio Camilo de Lima - na ocasião representando o governador Marconi Perillo, diretores do Sistema Faeg/Senar, presidentes de Sindicatos Rurais da região e demais autoridades políticas e empresariais.

O evento reuniu cerca de 4,5 mil pessoas, entre produtores rurais, autoridades políticas e empresariais e sociedade goiana.

18/02 - GOIATUBA (GO)

O presidente do sindicato Rural de Goiatuba, Paulo Henrique Garcia, disse que o encontro mostrou a força e a união dos produtores da cidade. Já o prefeito de Goiatuba, Marcelo Coelho destacou que o encontro foi de grande importância para a cidade e para Goiás e disse que estava ali não como prefeito, mas como produtor rural quem merece respeito. Coelho ressaltou que se a agricultura e a pecuária cresceram e se desenvolveram no Brasil, foi resultado de muito suor do produtor rural, que tem que continuar na atividade mesmo sem estímulo.

O secretário da Agricultura e Pecuária de Goiás, Antonio Flávio Camilo de Lima, disse que o governador Marconi Perillo tem dado todo o apoio à agropecuária nesse início de governo. Quanto ao trabalho da secretaria, ele ressaltou que a principal meta é garantir a sustentabilidade da família rural. “Precisamos cuidar de quem produz e gerar riqueza para o município e para o Estado”, explica. □

18/02 - CAIAPÔNIA (GO)

Com o objetivo de reforçar o diálogo entre agropecuaristas, lideranças e as entidades que os representam, foram apresentados na Feira Coberta de Caiapônia as ações prioritárias das entidades agropecuárias para 2011 em favor do desenvolvimento da atividade rural. Na ocasião, os participantes puderam conhecer como está a formatação da proposta da nova política agrícola para o País, que será apresentada ao governo federal pela CNA. Com a palestra Nova Política Agrícola, ministrada pela superintendente técnica da Confederação, Rosimeire Santos, foi mostrada a estrutura da proposta e a importância da segurança de renda do produtor.

Além disso, outro assunto muito em voga e que tem preocupado o produtor rural é referente ao meio ambiente. Por estar aqui, o pesquisador da Embrapa, João Bosco Vasconcelos Gomes, apresentou o Projeto Biomas. Realizado pela CNA em parceria com a Embrapa, o projeto visa democratizar a pesquisa, implantando vitrines tecnológicas em cada um dos seis biomas brasileiros, incluindo o Cerrado, para demonstrar, na prática, modelos produtivos sustentáveis e adequados a cada uma das regiões.

Segundo o presidente do Sindicato Rural de Caiapônia, Uvalter Aparecido Leite, este é o momento do setor se reunir para buscar o desenvolvimento do setor. “Uma oportunidade é esta, onde podemos reunir produtores e sociedade”, disse.

INTEGRAÇÃO

Durante a sua apresentação, o presidente do Sistema Faeg/Faeg, José Mário Schreiner, comentou a importância da integração do setor e da sociedade, uma vez que o agronegócio movimenta a economia de Goiás e a grande maioria dos municípios goianos. Falando sobre o tema “Mobilização para o desenvolvimento”, o presidente ressaltou também sobre a importância da geração de novas tecnologias, renda e aumento da produtividade.

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

A presidente da CNA, senadora Kátia Abreu também falou sobre a legislação ambiental, que tem se modificado com o passar dos anos e hoje precisa passar por uma reforma. “Por estar aqui, peço o apoio de todos os produtores para se mobilizarem nos dias 22 e 23 de março em Brasília para formarem uma frente nacional para a aprovação do Código Florestal Brasileiro.”

Caros no prato, desvalorizados no campo - Alexandre Inacio – Valor Econômico – Agronegócios – 22/02/2011

Preços do feijão e do arroz pagos a produtores não acompanham tendência observada pelo consumidor. De São Paulo, o atual patamar de preços ao consumidor da dupla arroz e feijão está bem distante dos níveis pagos aos agricultores que os produzem. Incluídos na lista dos “vilões da inflação” em boa parte de 2010, os componentes da tradicional dieta dos brasileiros tiveram seus valores reajustados para baixo no campo nos últimos meses, enquanto nas gôndolas do varejo eles permaneceram valorizados. Entre janeiro de 2010 e janeiro de 2011, o indicador de preços do Cepea/Esalq para o arroz colocado na indústria do Rio Grande do Sul recuou 29,3%, fechando o mês passado a um valor médio de R\$ 22,63. No mesmo período, o pacote de três quilos dentro da cesta básica comercializada na cidade de São Paulo recuou modestos 1,5%, para R\$ 5,97 em janeiro passado, segundo levantamento do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese). No caso do feijão, a situação é ainda mais diferenciada. Dados do Departamento de Economia Rural (Deral) do Paraná — maior Estado produtor do país — mostram que, em 12 meses até janeiro, a saca recuou de R\$ 65,25 para R\$ 55,86. Na cesta básica, no entanto, o feijão seguiu o caminho oposto e acumulou uma valorização de 29,8%, conforme os dados do Dieese. A instabilidade das cotações aos agricultores fez com que novamente o governo tomasse medidas para evitar uma retração ainda maior, uma vez que os atuais patamares são inferiores aos garantidos pela política de preços mínimos. Mas a decisão do Ministério da Agricultura de comprar e apoiar o escoamento de 1,78 milhão de toneladas de arroz e feijão, anunciada há quase 20 dias ainda não surtiu os efeitos esperados. “O mercado está em compasso de espera. Os preços pelo menos pararam de cair, e no caso do feijão estão até subindo um pouco, mas muito mais pela baixa

disponibilidade de um produto de melhor qualidade do que pelas medidas anunciadas pelo governo”, afirma Carla Corbeti, analista da consultoria Safras & Mercado. Ela lembra que, tanto para o arroz quanto para o feijão, o governo ainda não anunciou os valores, prêmios ou mesmo quando vai realizar os leilões de Aquisições do Governo Federal (AGF) e de Prêmio de Escoamento da Produção (PEP). A tendência divergente para os preços do feijão ao consumidor e ao produtor deve-se, em boa medida, ao baixo nível de organização da própria cadeia produtiva, além da falta de uma política adequada para estabilização das cotações. Para a analista da Safras & Mercado, os atuais preços ao consumidor ainda refletem a valorização das cotações ao produtor nos meses de setembro e outubro de 2010. Aquela alta foi alavancada pela queda na oferta do produto — causada por uma depressão dos preços no início do ano passado. É essa histórica gangorra que deve fazer os valores do feijão pagos ao produtor subirem novamente no Valor Econômico <http://valor.idealvalley.com.br/flip/tools/flipPrint/printMateria.php?id...> 1 de 2 15/6/2011 13:59 segundo semestre, o que poderá novamente pesar sobre os índices inflacionários. “O atual preço não incentiva o plantio da segunda safra, fato que vai reduzir a oferta e pode puxar os preços novamente no segundo semestre”, afirma Marcelo Eduardo Lüders, presidente do Instituto Brasileiro do Feijão (Ibrafe). No caso do arroz, a queda nas cotações em plena entressafra da cultura foi resultado de uma combinação de fatores. No ano passado, o governo prorrogou os Empréstimos do Governo Federal (EGF) feitos para custear as lavouras gaúchas. Para quitar os empréstimos que começaram a vencer, os produtores começaram a entregar arroz para se capitalizar, elevando a oferta do produto no mercado. No mesmo período, a importação do cereal do Mercosul aumentou, motivada pela entressafra e pelo câmbio favorável a aquisições em outros países. “Ainda temos uma perspectiva muito positiva para a safra. Os reservatórios gaúchos ficaram normais, mesmo com o La Niña, e devemos ter uma safra cheia no Rio Grande do Sul, entre 7,5 milhões e 8 milhões de toneladas”, afirma Cláudio Brayer Pereira, presidente do Instituto Rio Grandense do Arroz (Irga).

Alta de preços muda cesta da classe média - Adriana Mattos e Lílian Cunha – Valor Econômico – Empresas – 28/02/2011

Inflação, se continuar subindo, pode brechar ascensão das classes de renda mais baixa

De São Paulo Alessandra Morales é operadora de teleatendimento em São Paulo. Comanda uma família de cinco pessoas: ela, o marido e três filhos. “Não está fácil fazer compras do começo do ano para cá: tudo subiu”, reclama. Para continuar consumindo o que gosta, Alessandra passou a trocar as marcas mais caras pelas populares. “No caso do arroz e do feijão, mantenho sempre as mesmas marcas, mesmo que subam. Mas o resto eu troco tudo, até papel higiênico”, disse ela na sexta-feira, enquanto fazia compras em um hipermercado da Zona Norte de São Paulo. Esse movimento de alteração na cesta de compras do brasileiro tem ganhado fôlego nos últimos meses. Uma série de reajuste nos preços — desde alimentos até passagem de ônibus — vem pressionado o bolso do consumidor e mudando o perfil da cesta de compras da nova classe média brasileira, formada por cerca de 100 milhões de pessoas. O que preocupa é que, caso a inflação continue subindo, existe a possibilidade de uma marcha à ré na ascensão das classes sociais de menor poder aquisitivo. “A gente segura um pouco as margens, mas de maneira geral tudo subiu”, ilustra Sandoval Fernandes,

gerente de perecíveis do Hi permercado Andorinha, em São Paulo. “A carne bovina, por exemplo, já acumula cerca de 70% de alta nos últimos oito meses. Em dezembro, quando as vendas aumentam, o faturamento do açougue ficou estável. Mas a procura por peixes subiu 15%”, afirma. Especialistas avaliam de que forma esse cenário de preços em alta tem afetado o comportamento dos brasileiros, em especial os da classe C, que nos últimos dois anos ganharam mais renda e adquiriam novos hábitos de consumo. “O que a gente pode dizer agora é que existem consumidores dessa nova classe média que não estão conseguindo comprar do mesmo jeito”, afirma Renato Meirelles, sócio-diretor do Data Popular, uma das mais tradicionais consultorias da área. “Eles passam a levar para casa certos itens, como carne, legumes e frutas [estas subiram de preço com as chuvas] de forma mais espaçada e fazem suas trocas”.

Benício José Silva, militar aposentado, é um bom exemplo desse comportamento. “Suspendi o churrasco. Com esse preço, não dá para comprar carne. Estamos levando só carne moída agora”, disse ele, enquanto que fazia compras na sexta-feira, em São Paulo. A administradora de empresas Tatiana Siqueira, com uma filha recém-nascida, vai ao supermercado semanalmente. “As coisas subiram muito, principalmente a carne bovina. Não tenho comprado mais. Substituí por peixe, lombo de porco e frango”. No supermercado em que ela fazia compras na semana passada, o quilo do contra filé custava R\$ 14,80, em oferta. O quilo do cação era vendido a R\$ 8,90. Valor Econômico <http://valor.idealvalley.com.br/flip/tools/flipPrint/printMateria.php?id...> 1 de 2 15/6/2011 14:52

No início de janeiro, o Banco Central estimava inflação de 5,32% e de lá para cá, a previsão subiu para 5,79%. As altas têm sido consecutivas desde dezembro. Em vista desses números, os especialistas começam a avaliar se a troca pontual — por produtos mais baratos e marcas populares — pode se transformar numa atitude recorrente. “A escalada no preço das commodities é o problema maior. Isso pode afetar a cesta do brasileiro em 2011. O Brasil está bem, mas o mundo, não”, diz Andre Torreta, da consultoria A Ponte. A ideia é ficar atento a eventuais sinais que possam indicar se esse repique inflacionário afetará o processo de migração de consumidores das classes de menor renda para as de maior renda. “É algo que entendemos que é preciso monitorar”, diz Fatima Merlin, diretora de varejo da Kantar Worldpanel. “Como nossos estudos são feitos de forma regular e dentro da casa do consumidor, estamos de olho em qualquer movimento. Mas por ora, ainda não percebemos mudanças”, diz. Segundo a Kantar, em 2010, o volume de unidades compradas de itens considerados não básicos, como pratos prontos e sucos à base de soja, cresceu 13% na classe C e 19% na D e E. Segundo Meirelles, seriam indiretos os efeitos das pressões inflacionárias no processo de migração das classes sociais. “Definição de classe depende de renda e posse de bens, então a redução de gastos afeta a posição social indiretamente”. O que pode acontecer é que, para não perder o poder de compra obtido nos últimos anos, esse consumidor tenderá a buscar novas fontes de renda, e recorrer ao “b i c o”, disse o executivo. “Ele já se acostumou a um padrão melhor e como há emprego na praça, pode buscar soluções temporárias”. Entre 2002 e 2010, a classe C ampliou em mais de quatro vezes os gastos com alimentação e bebidas e em oito vezes o desembolso com itens de cuidados pessoais, segundo estudo do Data Popular. Maior empresário do varejo no país, Abílio Diniz, presidente do conselho de administração do Grupo Pão de Açúcar, disse na semana passada que não teme “uma diminuição enorme do consumo i n t e r n o”, e completou: “Tenho certeza que o país vai continuar crescendo e distribuindo renda”. Existe um fator que pode pesar favoravelmente à manutenção no nível de consumo da classe média, diz Fatima, da Kantar: a forte concorrência entre as redes varejistas. A rede de supermercados Walmart, por exemplo, tornou mais agressiva a sua política comercial, cuja campanha de

marketing bate na tecla do “preço baixo todo dia”. As concorrentes reagiram. “A rivalidade se acentuou entre os varejistas e isso ajuda a puxar o preço para baixo”, diz ela, lembrando o efeito Walmart na economia americana, que em momentos de forte aquecimento ajudou a controlar repiques inflacionários. Por precaução, diante da instabilidade nos preços, a empregada doméstica paulistana Salete Andrade, toma uma medida drástica quando faz compras: “Diminuo a quantidade de tudo que subiu.” Valor Econômico <http://valor.ideavalley.com.br/flip/tools/flipPrint/printMateria.php?id...> 2 de 2 15/6/2011 14:52

Fundamentos ainda sustentam commodities - Fernando Lopes – Valor Econômico – Agronegócios – 28/02/2011

Preços em geral perdem suporte com a crise no Oriente Médio, mas seguem em elevados patamares

De São Paulo Ainda que tenham derrapado em meio a movimentos financeiros derivados das turbulências em países do Oriente Médio e do norte da África, as cotações da maior parte das principais commodities agrícolas negociadas pelo Brasil no exterior mantiveram-se elevadas em fevereiro, com expressivas valorizações em relação aos patamares observados no mesmo mês de 2010. Cálculos do Valor Data baseados nas médias mensais dos contratos futuros de segunda posição de entrega — normalmente a de maior liquidez — negociados nas bolsas de Chicago (soja, milho e trigo) e Nova York (açúcar, café, cacau, suco de laranja e algodão) mostram que apenas cacau e açúcar devem encerrar o mês em baixa em relação a janeiro. Os demais produtos devem apresentar variações positivas, que até sexta-feira variavam de 0,49% (soja) a 23,68% (algodão). Com isso, todos os produtos que fazem parte desse levantamento encerram fevereiro com ganhos acumulados no primeiro bimestre de 2011 e nos últimos 12 meses. Nessa última comparação, o destaque é o salto do algodão (140,82%), cujas cotações nominais rondam máximas históricas. No que se refere às preocupações inflacionárias globais, o foco está nos grãos, que se afastaram um pouco dos recordes de meados de 2008 mas, em relação às médias de fevereiro de 2010, ainda sobem de 48,51% (soja) a milho (86,87%). Apesar da firmeza apresentada na comparação dos preços médios mensais, quatro dos oito produtos (café, algodão, soja e trigo) encerraram a semana passada com preços mais baixos do que na semana imediatamente anterior. Não houve sessões em Chicago e Nova York na segunda-feira passada por causa de um feriado nos EUA (Dia do Presidente), mas a partir de terça, em função do recrudescimento da crise na Líbia e seus reflexos nos preços do petróleo, a volatilidade nos mercados agrícolas cresceu e as commodities agrícolas que estavam entre as mais valorizadas perderam fôlego. Para Vinícius Ito, analista da Newedge em Nova York, os investidores exageraram na corrida para o petróleo em parte pelo temor de que a crise no Oriente Médio e no norte da África pudesse chegar à Arábia Saudita. Como por lá o monarca se antecipou a pressões e já promoveu aumentos de salários para esfriar os ânimos reformistas e houve elevação da produção de petróleo, Ito acredita que as cotações do óleo se acalmarão em torno de um eixo um pouco mais baixo do que o atual e que as commodities agrícolas recuperarão parte dos recursos perdidos nos últimos dias. Uma vez que dinheiro não nasce em árvore, a forte ampliação das compras de contratos de petróleo na semana passada drenou recursos de outras aplicações. Se seus preços de fato caírem um pouco, significará que houve venda

de contratos e dinheiro na mão para reequilibrar as carteiras de investimentos em commodities. Movimentos como esse ocorreriam mesmo sem a presença de grandes fundos de investimentos nos mercados agrícolas, mas ficaram mais flagrantes após o grande aumento dessa participação nos últimos anos, que ajudou a catapultar os preços nos mercados agrícolas. Ito concorda, em parte, que a força dos deslocamentos dos fundos de investimentos “a t r o p e l a”o Valor Econômico <http://valor.ideavalley.com.br//flip/tools/flipPrint/printMateria.php?id...> 1 de 2 15/6/2011 14:57 mercado, para cima ou para baixo, e que os níveis atuais de preços agrícolas criaram uma margem maior para a especulação que o presidente francês Nicolas Sarkozy ameaça combater. Mas essa margem, diz, é limitada por fundamentos de oferta e demanda. O analista recorre ao recente comportamento das cotações da soja para exemplificar seu raciocínio. “Quando a soja chegou a US\$ 14,67 [por bushel] em Chicago no dia 9 de fevereiro, a China chegou a cancelar compras de 400 mil toneladas do grão americano. Depois que as cotações caíram para a faixa dos US\$ 13, o país asiático voltou a comprar. Ou seja: o mercado viu que havia um exagero e agora, na prática, estabeleceu que o piso é ao redor de US\$ 13”. O raciocínio vale para o milho, cujos estoques globais estão, como os da soja, extremamente baixos, e para o algodão, cuja demanda não encontra resposta da oferta. Além de ajudar a elevar os preços do milho — nos EUA 40% da colheita do grão viram etanol —, o petróleo valorizado também colabora para evitar quedas drásticas do açúcar, uma vez que no maior produtor e exportador mundial da commodity, o Brasil, boa parte da cana serve para a fabricação de álcool, alternativa à gasolina nos tanques nos veículos. Independentemente do Oriente Médio, o contexto geral é de demanda aquecida por commodities agrícolas, alimentícias ou não, e de ofertas restritas, em grande parte por sucessivos problemas climáticos em diferentes regiões produtoras do mundo. No caso dos grãos, a expectativa, agora, é quanto ao tamanho das safras que serão plantadas no Hemisfério Norte a partir de abril, e sobre quais culturas ganharão espaço e quais perderão. Nesse sentido, enquanto Ito prevê mercados mais calmos em março, Antonio Sartori, da corretora gaúcha Brasoja, acredita em grande nervosismo a partir de abril. O Hemisfério Norte representa mais de 90% da produção mundial de cereais, e quando o plantio começar as atenções ficarão concentradas no clima. Se houver sinal de problemas, o risco de novas disparadas vai aumentar. Valor Econômico <http://valor.ideavalley.com.br//flip/tools/flipPrint/printMateria.php?id...> 2 de 2 15/6/2011 14:57

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor,
Jorge Romano, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf

Assistentes de Pesquisa

Catia Grisa, Karina Kato, Luiza Mariano de Lima Araujo,
Sílvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

CPDA Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa